

DIREITOS HUMANOS NO PAÍS

Ministro da Justiça chama pela participação de todos

Notícias, Política, 07.10.2016, 07.29.859

O MINISTRO da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Isac Chande, convidou ontem a todas as organizações da sociedade civil a darem a sua máxima contribuição para a melhoria da situação dos direitos humanos em Moçambique, chamando à atenção de que esta responsabilidade não recai somente ao Governo.

Mesmo reconhecendo que o Executivo tem o papel aglutinador das acções das instituições e da sociedade no geral para o respeito e promoção dos direitos universais, a contribuição activa de todos é fundamental para o cumprimento das recomendações das Nações Unidas sobre a matéria.

Falando em Maputo na abertura do Seminário Nacional de Avaliação da Participação da Sociedade Civil, que apresentou o seu relatório paralelo sobre a promoção dos direitos humanos, Chande disse que o encontro pretende abordar temas tão importantes de protecção dos Direitos do Homem e o Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Disse que a República de Moçambique apresentou o seu relatório pela segunda vez a este mecanismo em Janeiro deste ano, tendo, na ocasião, recebido de vários estados recomendações que deverão ser implementadas ao longo dos próximos quatro anos e meio.

"Este mecanismo permite melhorias na monitoria dos direitos humanos em Moçambique. A questão dos direitos humanos não diz respeito apenas às instituições do Estado, mas a todas as entidades que concorrem para a protecção e defesa dos cidadãos, e por isso julgamos ser importante que a sociedade civil ocupe o seu espaço nas diferentes fases do processo, garantido que a sua contribuição seja

efectiva e participativa para melhorar a situação dos direitos humanos no país", desejou o governante, reafirmando a abertura do Executivo para acolher os subsídios de toda a sociedade nesta matéria.

Acrescentou que a apresentação de um relatório paralelo pela sociedade civil é uma das componentes do processo, que serve de informação complementar à avaliação, e é um exercício salutar porque irá galvanizar o seguimento das recomendações com vista à sua implementação.

Trata-se de um exercício que encoraja as acções do Governo e demonstra a importância de continuar a trabalhar em conjunto para que o processo de seguimento das recomendações continue aberto, inclusivo e produtivo, o que irá inverter a situação dos direitos humanos no país.

Para Alice Mabota, presidente da Liga dos Direitos Humanos, o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, através da Comissão dos Direitos Humanos, tem sido muito sensível e a sociedade civil tem estado a apresentar a sua visão da nação.

Afirmou, na circunstância, que o Governo nunca escondeu o relatório que vai apresentar no mecanismo de revisão e, por sua vez, a sociedade civil produz a sua exposição paralela com base neste e diz aquilo que é do seu conhecimento com relação às questões levantadas, tendo também em consideração as informações dos parceiros.

Disse que a produção do relatório teve a participação dos representantes da LWF, com sede em Genebra, Coalizão da Juventude, Justa Paz e a Liga dos Direitos Humanos, que emitem recomendações para a melhoria da situação dos direitos humanos em Moçambique.